

A língua brasileira e a colonialidade: marcas de um passado muito presente

Daniela Fátima Dal Pozzo*

Rudson Adriano Rossato da Luz**

Geraldo Antônio da Rosa***

Resumo

A chegada de espanhóis e portugueses à América Latina é chamada de colonização. O Brasil, especificamente, tornou-se colônia de Portugal. Dessa colonização, surge a *colonialidade*, que existiu e continua existindo na atualidade. Considerando isso, este estudo visa a pesquisar aspectos gerais da colonialidade, especialmente no Brasil, e como sua relação com a língua se fez/faz presente na Língua Portuguesa brasileira e as marcas que ela tem deixado na sociedade quanto ao aspecto linguístico. Assim sendo, este artigo possui caráter de revisão de literatura, tendo como aporte teórico, principalmente, Quijano (2009), Mignolo (2005), Freyre (2003), Holanda (1995) e Bagno (2003).

Palavras-chave: Língua Portuguesa; Colonialidade; Brasil; Formação cultural; Exploração.

* Doutoranda em Educação pela Universidade de Caxias do Sul (UCS) (bolsista PROSUC/CAPES). Mestra em Letras e Cultura e graduada em Letras-Português (UCS). Integrante do grupo de pesquisa intitulado Transposição didática da Teoria dos Blocos Semânticos para o ensino da compreensão leitora na Educação Básica (UCS). E-mail: danieladalpo@gmail.com.

** Doutorando em Educação pela Universidade de Caxias do Sul (UCS) (bolsista PROSUC/CAPES). Integra o grupo de pesquisa do CNPq: Educação, Filosofia e Multiplicidade na Contemporaneidade. Mestre em Educação pela Universidade de Caxias do Sul (UCS). Graduado em História pela Universidade de Passo Fundo (UPF). E-mail: rarluz@ucs.br.

*** Doutor em Teologia pela Escola Superior de Teologia. Docente-pesquisador na Universidade de Caxias do Sul (UCS). Atua no grupo de pesquisa Formação Cultural, Hermenêutica e Educação (GPFORMA SERRA) da Universidade de Caxias do Sul (UCS). E-mail: garosa6@ucs.br.

Considerações iniciais

Língua e cultura se inter-relacionam. E mais: a língua, os registros linguísticos, bem como as mudanças linguísticas nos permitem compreender aspectos históricos e culturais, marcas deixadas pelos antepassados. Diante disso, a partir de pesquisa teórica, este artigo busca discutir aspectos gerais da colonialidade na América Latina e, particularmente, no Brasil, para, em seguida, analisar como sua relação com a língua se fez/faz presente na Língua Portuguesa brasileira, assim como as marcas que ela tem deixado na sociedade quanto ao aspecto linguístico. Cabe dizer que se entende a colonialidade como fruto do processo de colonização ocorrido nos territórios dominados por portugueses e espanhóis, territórios esses que hoje compõem a América Latina. Em processo que desconsiderou os diferentes aspectos culturais aqui já existentes, como por exemplo, a língua, a religião e a relação com a natureza.

Para isso, primeiro abordamos, a partir de Quijano (2009) e Mignolo (2005), concepções sobre a *colonialidade*, para, em seguida, falar da formação colonial do Brasil, a partir de Freyre (2003) e Holanda (1995). Por fim, discutiremos a relação língua e colonialidade, na tentativa de mostrar suas marcas no linguístico do Brasil.

Colonialidade: concepções e marcas na sociedade na contemporaneidade

O mundo, tal como ele é pensado hoje, sofre influência do imaginário social que se fez presente no passado e ainda se faz na atualidade. Segundo o sociólogo peruano Quijano (2009, p. 73), o poder capitalista, dentre vários elementos, sustenta a colonialidade, “na imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo como pedra angular do referido padrão de poder e opera em cada um dos planos, meios e dimensões, materiais e subjectivos, da existência social quotidiana e da escala societal”. Ela se torna mundial e se consolida na América Latina, após os processos de independência.

Para Mignolo (2005), a colonização nos circuitos do Atlântico, acabam contribuindo para a constituição de um padrão eurocentrado, um poder hegemônico que dita o que é “padrão”, e o que foge desse padrão não tem lugar, ou voz, sendo subalterno. Vão sendo, assim, naturalizadas determinadas relações de poder.

A ideia de raça, por exemplo, segundo Quijano (2005), passou a existir a partir da chegada dos europeus à América e, conforme esse autor, disso decorre a legitimação de relações de poder, isto é, de dominador e de dominado. Além disso, é preciso considerar que a partir disso, a Europa adquiriu uma nova identidade e que isso mais a expansão do colonialismo europeu contribuíram para a constituição de uma visão eurocêntrica do mundo, do conhecimento, das relações de dominante *versus* dominado, ou seja, europeu *versus* não europeu, decorrendo daí a naturalização de relações de poder, a partir da ideia de raça, a qual irá legitimar a dominação dos povos originários e o processo de tráfico e escravidão dos negros realizado pelos europeus.

É, conforme afirma o sociólogo peruano, a partir da raça que advém a divisão de trabalho, os que “merecem” salário e bons empregos, e aqueles que *devem* trabalhar em benefício de um senhor. Disso resulta um tipo de controle e, com isso, surge o capitalismo, tendo a Europa como centro desse mundo (QUIJANO, 2005). Consoante isso, Quijano (2005, p. 121) diz que:

Já em sua condição de centro do capitalismo mundial, a Europa não somente tinha o controle do mercado mundial, mas pôde impor seu domínio colonial sobre todas as regiões e populações do planeta, incorporando-as ao ‘sistema-mundo’ que assim se constituía, e a seu padrão específico de poder.

Ou seja, a partir da colonização, da hegemonização de poder, a estrutura do mundo mudou, reforçando algumas perspectivas: indivíduos sendo considerados superiores ou inferiores, civilizados ou bárbaros, tradicionais ou modernos, visão essa eurocêntrica e dicotômica, como se o mundo todo fosse *isto* ou *aquilo* (QUIJANO, 2009), não havendo possibilidade para a *pluralidade, para as diferenças, para as subjetividades*. Em outras palavras, “como parte do novo padrão de poder mundial, a Europa também concentrou sob sua hegemonia o controle de todas as formas de controle da subjetividade, da cultura, e em especial do conhecimento, da produção do conhecimento” (QUIJANO, 2005, p. 121).

Cabe, então, falar sobre o termo *colonialidade*, que, para Quijano (2005), refere-se a um padrão – contínuo – global de poder, nascido com a colonização da América, e que articula, em uma estrutura heterogênea de poder, as assimetrias de raça, gênero e trabalho, visando ao domínio de uns povos sobre outros. Nessa perspectiva, a colonialidade é mantenedora do *status quo* colonialista pós-processos de independência na América Latina.

Segundo Mignolo (2005, p. 35), “a emergência da ideia de ‘hemisfério ocidental’ deu lugar a uma mudança radical no imaginário e nas estruturas de poder do mundo moderno/colonial”. De acordo com o autor, o que hoje se considera por civilização tem como base o imaginário do sistema-mundo moderno colonial, o que decorreu a partir do século XVI, principalmente a partir do circuito comercial do Atlântico.

Ao chegarem à América Latina, os colonizados são vistos como o “outro”, “os selvagens”, que precisam ser “salvos” e/ou “civilizados”. São os novos “bárbaros” que, assim como na Roma Antiga, terão seu território dominado, agora não mais por guerras, mas por intermédio da evangelização/catequização. Em suma, o que não se enquadra no padrão europeu é visto como a *diferença*, a exterioridade (MIGNOLO, 2005).

Em se tratando de poder, ele pode se manifestar de diversas formas, não sendo, necessariamente, físico, podendo ser simbólico, como é o caso da língua. Consoante isso, Mignolo (2005) diz que esse imaginário foi constituído, em parte, pelo e no discurso colonial. Contudo, interessa-nos adentrar nas particularidades da formação colonial do Brasil, a qual, em razão de ter sido realizada pelos portugueses – diferentemente do restante da América Latina – possui características *sui generis*.

Formação colonial do brasil: peculiaridades e elementos estruturantes

A sociedade colonial brasileira, a partir da tomada de posse das terras dos povos originários, realizada pelos portugueses, estrutura-se, conforme Freyre (2003, p. 65), a partir de alguns princípios, a saber: “A base, a agricultura; as condições, a estabilidade patriarcal da família, a regularidade do trabalho por meio da escravidão, a união do português com a mulher índia, incorporada assim à cultura econômica e social do invasor”, visando à implantação de uma cultura europeia nesse território que, agora, de certa maneira, é pertencente ao território europeu, num processo antagonista. Quanto a isso, o autor diz que:

Antagonismos de economia e de cultura. A cultura européia e a indígena. A européia e a africana. A africana e a indígena. A economia agrária e a pastoril. [...] Mas predominando sobre todos os antagonismos, o mais geral e o mais profundo: o senhor e o escravo (FREIRE, 2003, p. 116).

Alguns anos mais tarde, uma nova figura entra nessa composição colonial: o negro, traficado da África para ser escravizado nessas terras. Estimativas apontam que em torno de 5 milhões de pessoas foram trazidas do continente africano, sendo que muitos acabavam morrendo nos navios “negreiros”, dadas as péssimas condições das viagens, o que, inclusive, modificou o comportamento dos cardumes de tubarões no oceano atlântico (FERRARI, 2021). Dentre os motivos do comércio de pessoas no Brasil Colonial, está a resistência dos povos originários na realização de trabalho sistemático e regular, conforme queriam os portugueses. Segundo Holanda (1995), os indígenas, num primeiro momento, colaboram com os portugueses em atividades de caça, pesca, extrativismo e criação de gado. Contudo, “difícilmente se acomodavam, porém, ao trabalho acurado e metódico que exige a exploração dos canaviais. Sua tendência espontânea era para atividades menos sedentárias e que pudessem exercer-se sem regularidade forçada e sem vigilância e fiscalização dos estranhos” (HOLANDA, 1995, p. 48), havendo um contraponto entre a agricultura europeia e os chamados métodos rudimentares dos povos originários (o que contribui para o mito do “índio preguiçoso”). Dessa forma, o negro torna-se uma figura central dentro do latifúndio colonial brasileiro e, por consequência, na formação do que chamamos de povo brasileiro.

A partir desses elementos, temos uma colonialidade brasileira, a qual se processa de maneira “aristocrática, patriarcal e escravocrata” (FREYRE, 2003, p. 267), em que o português se constitui como um grande senhor, com muitas terras, muitos escravos e com um poder quase que absoluto sobre aquele seu território. Um senhor de engenho, que pode ser comparado aos senhores feudais europeus, num sistema que dependia não só de uma extrema hierarquização das relações sociais, mas também da função nele desempenhada pelos indivíduos.

Esse povo que vai se constituindo, a partir também da cruz das raças, na maioria das vezes, ocorrida em função da violência sexual dos senhores de engenho para com as mulheres indígenas e, principalmente, para com as escravizadas – as quais acabaram por serem acometidas por doenças “venéreas” (FREIRE, 2003), que hoje chamamos de infecções sexualmente transmissíveis (ISTs), dentre as principais, a sífilis. Quanto ao colonizador português, “fez sempre o que quis no Brasil patriarcal. Matou, cegou, deformou à vontade. Fez abortar mulheres. Levou anjinhos para o céu” (FREYRE, 2003, p. 401), numa “sifilização” que caminhou junto ao movimento de civilização proposto pelos portugueses. Civilização essa que, no período inicial da

colonização, foi marcado por uma heterogeneidade étnica europeia, predominando apenas a língua como algo originalmente português e a exigência de ser católico.

Sobre a língua, a partir encontro ocorrido entre diferentes culturas (o que discutiremos posteriormente), houve um processo de modificação, no qual Freyre (2003, p. 417) ressalta que “o português do Brasil, ligado as casas-grandes às senzalas, os escravos aos senhores, as mucamas aos sinhô-moços, enriqueceu-se de uma variedade de antagonismos que falta ao português da Europa”. Já em relação ao catolicismo, vale ressaltar a importância histórica dele na formação cultural da Península Ibérica, tanto entre os portugueses como entre os espanhóis. Junto aos conquistadores de território, vieram os conquistadores religiosos – num primeiro momento, a Companhia de Jesus – com o intuito de expandir a cristandade, estremecida com os movimentos reformistas recentemente ocorridos em algumas partes da Europa.

Diante disso, a seguir abordamos especificamente sobre a colonialidade presente na língua.

Colonialidade: reflexos na língua num contexto de negação do outro

Embora este estudo tenha como recorte a análise do reflexo da colonialidade na língua portuguesa do Brasil, não ignora a relevância da discussão sobre outros tópicos relacionados a isso.

Ao chegarem à América, os colonizadores impuseram, dentre tantas coisas, sua própria crença e, também, sua própria língua. Queriam “salvar” os povos nativos habitantes desse continente. Disso decorreu, por exemplo, a relação dominantes e dominados. Um dos meios de dominar os povos foi pela imposição da Língua Portuguesa a partir de 1757, por Marquês de Pombal, primeiro-ministro português (BAGNO, 2003). Após essa data, só era permitido o ensino da Língua Portuguesa no Brasil, tanto é que ela se tornou e é até hoje o único idioma oficial desse país. Nos outros países da América Latina, por exemplo, foi imposto o espanhol, uma vez que muitos desses países foram colonizados pela Espanha.

Essa é uma demonstração de poder, de dominação. Ao estipular uma língua como oficial, politicamente é uma forma de “fabricar” novos seres, purificando a sociedade, isto é, equivale a instituir um novo pensamento, novas crenças; é, também, uma

maneira de domínio, de tornar essa sociedade “civilizada”, porque até então ela não o era, segundo uma visão eurocêntrica (BOURDIEU, 1998).

A linguagem, segundo Bagno (2003, p. 16), “de todos os instrumentos de controle e coerção social, talvez seja o mais complexo e sutil”. Ainda, de acordo com esse linguista, discriminar alguém se tornou politicamente incorreto na sociedade atual, no entanto, isso não significa que os preconceitos e discriminações não existam. Em se pensando no preconceito linguístico, ele é tido, muitas vezes, como algo “natural”, podendo ser declarado, conforme Bagno (2003), por qualquer pessoa, independentemente da ideologia.

Quanto a essa imposição do português, ela traz consequências até os dias de hoje, por isso existe o termo *preconceito linguístico*. Segundo Bagno (2003, p. 78, grifo nosso):

O decreto de Pombal constitui o primeiro exemplo dos procedimentos autoritários que caracterizarão as políticas lingüísticas no Brasil. **O português só se tornou língua majoritária do nosso povo depois de um longo processo de repressão sistemática, incluindo o extermínio físico de falantes de outras línguas.** A notável repulsa da elite brasileira por seu próprio modo de falar o português encarna, sem dúvida, a continuação desse espírito colonialista, que se recusa a atribuir qualquer valor ao que é próprio da terra, sempre visto como primitivo e incivilizado, além de refletir nosso fascínio por tudo o que vem de fora, considerado intrinsecamente bom e digno de imitação.

A imposição da língua portuguesa fez com que outras línguas fossem consideradas inapropriadas e fossem “esquecidas”. No Brasil, por exemplo, no século XVI, a estimativa era de que havia cerca de 1.300 línguas faladas pelos povos indígenas (GASPAR, 2011). Atualmente, acredita-se que há apenas 274 línguas indígenas, segundo o censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE, 2021) – é preciso mais estudos linguísticos e antropológicos para se ter mais certeza da quantidade, segundo o IBGE.

Quanto de cultura e de diversidade se perdeu com isso? Como essas línguas deixaram de existir? Dessas 1.300 línguas: “Cerca de mil delas se perderam por diversos motivos, entre os quais a morte dos índios, em decorrência de epidemias, extermínio, escravização, falta de condições para sobrevivência e aculturação forçada” (GASPAR, 2011, não paginado).

Há, felizmente, povos que continuam lutando e resistindo, como é o caso de Jacqueline Caniguan, uma mapuche do Chile, a primeira a cursar universidade, que apesar do mapuche não ser mais a língua materna de seu povo, continua pro-

pagando a importância do idioma na vida de um povo e da formação identitária. Em decorrência disso, em 2010, ela criou o primeiro internato linguístico da língua mapuche (LA RIVERA, 2019).

E por que algumas línguas, como milhares de línguas indígenas, “desaparecem”? Para tentar responder a essa pergunta, cito Charaudeau (2015, p. 29), que diz que

as línguas não desaparecem por causa de uma fraqueza inerente a seu sistema, mas por razões políticas, econômicas e sociais: de um lado, a vontade dos Estados que buscam estender sua hegemonia (imposição) ou preservar sua integridade (defesa); de outro, a vontade dos povos de preservar suas diferenças.

Sobre isso, Bortoni-Ricardo (2005, p. 36) diz que ao longo da história do Brasil, a língua valorizada era aquela das classes mais favorecidas, isto é, do homem branco, da classe senhorial, enquanto as demais não eram línguas prestigiadas. Isso se intensifica após 1808, com a chegada da coroa portuguesa no Brasil, uma vez que houve a imposição dos padrões e valores portugueses. Desse modo, segundo a autora, a língua de prestígio advém de ordem social, política e econômica.

Consoante esse viés, Bagno (2003, p. 87) afirma que,

de um lado, temos a norma-padrão lusitanizante, ideal de língua abstrato, usado como verdadeiro instrumento de repressão e policiamento dos usos linguísticos; do outro, temos as diversas variedades cultas, usos reais da língua por parte das classes sociais urbanas com escolaridade superior completa.

O português brasileiro, que se diferencia em vários aspectos do português de Portugal, por mais que tenha sido construído tendo este como base, é considerado inferior. Um é aceito como correto, civilizado. O outro como errado. Isso faz com que a identidade linguística brasileira seja buscada em outro continente, lá longe, tendo Portugal como referência. (BAGNO, 2003).

Acredito que o percurso feito até agora já demonstra qual a relação entre língua brasileira e colonialismo. Cabe, ainda, dizer que é preciso considerar que é pela língua que o ser humano interage com o outro, sendo, portanto, a língua parte da cultura e da(s) identidade(s) de um indivíduo. Feito isso, vale dizer que uma delas é a famosa frase que já foi e ainda é muitas vezes ouvida: “Brasileiro não sabe falar português / Só em Portugal se fala bem português” (BAGNO, 1999, p. 20). Por mais que a língua portuguesa seja fruto de uma imposição colonial ocorrida a partir do século XVI, sua influência é perceptível até os dias de hoje.

Explicamos: por mais que Brasil e Portugal, assim como outros países, possuam a Língua Portuguesa como idioma oficial, o padrão é aquele Europeu ainda nos dias de hoje. De acordo com Castilho (2010, p. 31):

Há mais de quinhentos anos a língua portuguesa foi trazida ao Brasil. Nos séculos XVI a XVIII foi rotulada como o português no Brasil, pois era inteiramente lusitana, e não tinha superado as línguas indígenas. A partir do século XIX, a língua portuguesa tornou-se majoritária, começou a distanciar-se do português europeu, sendo então denominada português do Brasil. A partir dos anos 80 do século XX, suprime-se a preposição *do*, e começamos a falar em português brasileiro. Sinaliza-se com isso que novos distanciamentos tinham ocorrido, servindo a expressão para designar a identidade linguística dos brasileiros.

Será que essa identidade brasileira existe mesmo e é aceita? Ou será que ela toma como base, ainda hoje, a Europa, o português europeu? E qual a importância de marcar essa diferença entre português brasileiro e europeu? O Brasil, localizado na América Latina, faz parte do Ocidente, mas, de maneira geral, a América Latina é o *outro*, aquele que não pertence ao eurocentrismo (MIGNOLO, 2005). Esse pensamento colonial demonstra como isso só reforça o preconceito linguístico existente nos dias de hoje, que vem já de séculos.

E não só isso: dentro do próprio sistema brasileiro, algumas pessoas consideram que há aqueles que falam bem e aqueles que não sabem falar português. Segundo Bagno (2003), a noção de *erro* varia de acordo com quem usa; isto é, pessoas de classes sociais favorecidas veem erro na linguagem utilizada pelas pessoas de classes sociais menos favorecidas. Ou seja, quanto mais prestigiada for a classe social, menos será tido como “erro” aquilo que a pessoa fala; quando menos favorecida for a classe social da qual a pessoa pertence, mais julgada ela será (BAGNO, 2003).

O que há é um preconceito que toma como base um colonialismo eurocêntrico. Sobre isso, Dijk (2015) diz que o preconceito e a discriminação, no que diz respeito aos discursos, ou seja, ao uso da língua, são aprendidos, ou seja, não faz parte do indivíduo desde o seu nascimento. Ele é ensinado/difundido pelos discursos controlados das elites, dos meios de comunicação, segundo ele.

Ainda, segundo esse autor: “Racismo é essencialmente um sistema de dominação e desigualdade social. Na Europa, nas Américas e na Austrália, isso significa que uma maioria (e, às vezes, uma minoria) ‘branca’ domina minorias não europeias” (DIJK, 2015, p. 35). Em se pensando ao português, os brancos europeus dominaram a América Latina, impondo seu próprio idioma. Novamente, a relação colonialidade europeia mostra-se por meio do discurso.

No entanto, dentro do próprio Brasil, por exemplo, o colonialismo continua, uma vez que “o discurso é praticamente a única maneira por meio da qual os preconceitos racistas são expressos e reproduzidos na sociedade” (DIJK, 2015, p. 35). A língua é um dos meios de controle, de poder, de “materializar” os preconceitos, o racismo. Tornando a Bagno (1999, p. 42), “o problema não está naquilo que se fala, mas em quem fala o quê. Neste caso, o preconceito lingüístico é decorrência de um preconceito social”.

A título de exemplo, Gonzales (1984, p. 238) diz que:

É engraçado como eles gozam a gente quando a gente diz que é Framengo. Chamam a gente de ignorante dizendo que a gente fala errado. E de repente ignoram que a presença desse *r* no lugar do *l*, nada mais é que a marca linguística de um idioma africano, no qual o *l* inexistente. Afinal, quem que é o ignorante? Ao mesmo tempo, acham o maior barato a fala dita brasileira, que corta os erres dos infinitivos verbais, que condensa você em *cê*, o está em *tá* e por aí afora. Não sacam que tão falando pretuguês.

Vale exemplificar com os *memes*, muito utilizados nas redes sociais. Dentre as características que os tornam engraçados e populares, uma delas é o fato de eles terem uma linguagem informal, muitas vezes sem concordância entre sujeito e verbo. E eles são de agrado de todos: não importa a classe, a pessoa. Aqui já não existe preconceito lingüístico tão explícito. Mas por quê? Por que ele é de agrado de todos, independentemente da classe? Quem são as pessoas que os criam?

Ainda sobre o preconceito lingüístico, Bagno (2002, p. 42-43) afirma que:

É um verdadeiro acinte aos direitos humanos, por exemplo, o modo como a fala nordestina é retratada nas novelas de televisão, principalmente da Rede Globo. Todo personagem de origem nordestina é, sem exceção, um tipo grotesco, rústico, atrasado, criado para provocar o riso, o escárnio e o deboche dos demais personagens e do espectador.

Será que existe uma língua certa? Por que tanto preconceito para com as variações linguísticas? Em 2019, a revista Super Interessante (2019) publicou uma matéria desmistificando a crença de que é no Maranhão que se fala o português mais correto, citando Bagno. Esse linguista diz que esse preconceito advém da crença de que existe apenas um jeito certo de falar a língua (BAGNO, 2003). Consoante isso, Lucchesi (2012, p. 79) alega que o preconceito lingüístico é a “crua manifestação da discriminação econômica e da ideologia da exclusão social”.

Em se tratando do ensino de português, por exemplo, ele sempre teve como base o ensino de gramática, da norma-padrão. Mas será que é a melhor ou a mais efi-

caz metodologia a ser adotada? Será que não há outras alternativas ou urgências quanto ao ensino de língua nas escolas? Até porque, segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), é notável a dificuldade quanto à compreensão leitora nas mais diversas áreas do conhecimento. A título de exemplo, dos 1,4 milhões de estudantes do último ano do Ensino Médio, em 2017, 20 mil participaram do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) e somente 1,62% desses estudantes, segundo dados do INEP, possuem conhecimento adequado em Língua Portuguesa (BRASIL, 2018). Será que já não é hora de ensinar aquilo que realmente os alunos precisam e usam no dia a dia em vez de ensinar gramática pura na escola, algo tão distante do que realmente usamos no dia a dia? Não estamos dizendo que a gramática é errada, mas aquilo que normalmente se aprende na escola é bem distante do que os alunos, as pessoas usam no dia a dia.

Quanto à leitura, é preciso falar sobre um outro tópico. O acesso aos livros. No ano de 2021, a receita brasileira argumentou que as famílias que recebem menos de dois salários mínimos não consomem livros não didáticos, utilizando isso como justificativa para defender a isenção na reforma tributária para as editoras. Segundo a reportagem de *O Globo*: “Receita argumenta que pobres não comprem livros para justificar proposta que volta a cobrar impostos de editoras” (OLIVEIRA; SANTOS, 2021).

Será que esse não é mais um exemplo de como a colonialidade continua presente na atualidade? Se famílias que recebem menos de dois salários mínimos não consomem livros, segundo a receita, não deveria ser feito algo para que elas tenham acesso a livros ao invés de tornar o consumo mais difícil? Isso não seria fruto de um pensamento colonial, em que só algumas pessoas podem ter acesso a livros, conhecimento, etc.?

Ainda no que diz respeito a língua, mas sob uma perspectiva de poder e de interação, Ribeiro (2009, p. 14), filósofa brasileira, diz que a língua pode ser entendida “como mecanismo de manutenção de poder”. A autora, em sua obra *Lugar de fala*, conta sobre as lutas de vozes que são ignoradas por questão de identidade de gênero, raça e orientação sexual. Quantas histórias já foram e ainda são silenciadas? Se elas são silenciadas é sinal de que há desigualdade, as quais “são criadas pelo modo como o poder articula essas identidades; são resultantes de uma estrutura de opressão que privilegia certos grupos em detrimento de outros” (RIBEIRO, 2009, p. 31).

A linguagem é um dos principais meios de opressão, ela faz calar, silenciar, ela oprime. Por que vozes são caladas? Quem detém o poder discursivo? Por que o outro é visto como inferior? O que se ganha ao silenciar uma voz? Quem tem espaço para falar e ser ouvido? Quando uma pessoa é calada, ela não deixa apenas de falar: elas não existem, para muitos, como suas vidas não têm tanta significância. São apenas mais um, ou, talvez, um a menos? Sobre isso, Ribeiro (2009, p. 77) questiona:

Falar, muitas vezes, implica receber castigos e represálias, e justamente por isso, muitas vezes, prefere-se concordar com o discurso hegemônico como modelo de sobrevivência? E, se falamos, podemos falar sobre tudo ou somente sobre o que nos é permitido falar? Numa sociedade supremacista branca e patriarcal, mulheres brancas, mulheres negras, homens negros, pessoas transexuais, lésbicas, gays podem falar do mesmo modo que homens brancos cis heterossexuais? Existe o mesmo espaço e legitimidade? Quando existe algum espaço para falar, por exemplo, é permitido que ela fale sobre Economia, Astrofísica, ou só é permitido que fale sobre temas referentes ao fato de ser uma travesti negra?

Por ser o discurso, que ocorre por meio de uma língua, um forte instrumento de opressão, poder e controle, um oprimido, quando fala, incomoda, causa desconforto: “grupos que sempre estiveram no poder passam a se incomodar com o avanço de discursos de grupos minoritários em termos de direitos” (RIBEIRO, 2009, p. 55). Por quê?

Falar é ter direito à existência, direito ao exercício da cidadania. A filósofa brasileira defende que não se deve promover um discurso homogêneo, mas “uma multiplicidade de vozes o que se quer, acima de tudo, é quebrar com o discurso autorizado e único, que se pretende universal” (RIBEIRO, 2009, p. 69). Defende-se que as pessoas tenham voz, tenham direito à humanidade.

Considerações finais

A colonialidade ainda se faz presente e impõe relações de força, inclusive por meio da língua. Por mais que a Língua Portuguesa seja o idioma oficial de diversos países, ela se configura dentro do seu próprio seio, uma vez que a língua é parte da cultura. O pensamento de que há culturas mais civilizadas ou culturas superiores acaba se refletindo na língua, bem como os preconceitos sociais, linguísticos.

Deve-se considerar que não há culturas mais civilizadas e outras menos civilizadas. Mas, sim, culturas com peculiaridades distintas. Toda exclusão acarreta que um não letramento adequado resulte em uma sociedade manipuladora e preconceituosa.

No Brasil, não se fala o Português de Portugal, mas o Português do Brasil, assim como em Angola se fala português da Angola, pois língua e cultura estão inter-relacionadas. E dentro de cada um desses países falantes de um “mesmo” idioma, há diversas variações linguísticas, dialetos, os quais são vistos de modo negativo, pejorativo e rude por alguns.

Vale dizer que esse preconceito para com a língua está relacionado com a colonialidade do século XVI, a qual tem se modificado e tem sido exercida de diferentes maneiras. Linguisticamente, os discursos podem ser usados como forças de dominação e de discriminação, baseada em ideologias modernas/colonialistas. Nesse sentido, a língua continua operando, juntamente com outros aparatos culturais, como meio de legitimação ou deslegitimação de determinados modos de ser no mundo. Ademais, cabe-nos questionar: por que temos uma “língua oficial”? Quem a oficializou? Quais forças operam para que haja uma língua e uma gramática normativa em detrimento de outras possibilidades linguísticas? Se a linguagem constitui nossas subjetividades, ela não deveria ser mais plural? Esses e outros questionamentos nos fazem seguir, em movimento de investigação.

The Brazilian language and coloniality: marks of a very present past

Abstract

The arrival of Spanish and Portuguese people in Latin America is called colonization. Brazil, specifically, became Portugal's colony. From this colonization, coloniality arises, which existed and continues to exist until the present moment. Considering this, this study aims to research general aspects of coloniality, especially in Brazil, and how it relates to the language in the past and in the present in the Brazilian Portuguese language and the marks it has left in society in terms of the linguistic aspect. Therefore, this article has a literature review character, having as a theoretical contribution authors such as Quijano (2009), Mignolo (2005), Freyre (2003), Holanda (1995) e Bagno (2003).

Keywords: Portuguese language; Coloniality; Brazil; Cultural training; Exploration

Referências

- BAGNO, Marcos. *Preconceito lingüístico: o que é, como se faz*. São Paulo: Loyola, 1999.
- BAGNO, Marcos. *A norma oculta: língua e poder na sociedade brasileira*. 2. ed. São Paulo: Parábola, 2003. 199 p.

BRASIL. *Saeb 2017 revela que apenas 1,6% dos estudantes brasileiros do Ensino Médio demonstraram níveis de aprendizagem considerados adequados em Língua Portuguesa*. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Brasília, 2018a. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/saeb-2017-revela-que-apenas-1-6-dos-estudantes-brasileiros-do-ensino-medio-demonstraram-niveis-de-aprendizagem-considerados-adequados-em-lingua-portug/21206. Acesso em: 15 set. 2019.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. *Nós chegemu na escola, e agora?* sociolinguística e educação. 2. ed. São Paulo: Parábola, 2005. 263 p.

CASTILHO, Ataliba Teixeira de. *Nova gramática do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2010.

CHARADEAU, Patrick. Identidade linguística, identidade cultural: uma relação paradoxal. In: LARA, Glaucia Proença; LIMBERTI, Rita Pacheco. (org.). *Discurso e (des)igualdade social*. São Paulo: Contexto, 2015. p. 15-31. Tradução de Clebson Luiz de Brito e Wander Emediato de Souza. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/22534/epub/28?code=rW2VYh3y+JHonIhqFyh1TvQjIAMwrS5Egr5WtwoHoGb5bjAiR/OTrdlQxgBptI-Z0NJC5/vS1+YjFDGl21I1G4A==>. Acesso em: 8 abr. 2021.

DIJK, Teun A. VAN Patrick (org.). Discurso das elites e racismo institucional. In: LARA, Glaucia Proença; LIMBERTI, Rita Pacheco. *Discurso e (des)igualdade social*. São Paulo: Contexto, 2015. p. 33-50. Tradução de Glaucia Proença Lara e Regina Célia Vieira. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/22534/epub/28?code=rW2VYh3y+JHonIhqFyh1TvQjIAMwrS5Egr5WtwoHoGb5bjAiR/OTrdlQxgBptI-Z0NJC5/vS1+YjFDGl21I1G4A==>. Acesso em: 8 abr. 2021.

ESTATÍSTICAS, Instituto Brasileiro de Geografia e. *O Brasil indígena: língua falada*. 2021. Disponível em: <https://indigenas.ibge.gov.br/estudos-especiais-3/o-brasil-indigena/lingua-falada>. Acesso em: 8 abr. 2021.

FERRARI, Wallacy. *Como mortes em navios negreiros modificaram a rotina dos tubarões*. 2021. Disponível em: <https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/desventuras/como-as-mortes-em-navios-negreiros-modificaram-a-rotina-dos-tubaroes.phtml>. Acesso em: 5 jun. 2022.

FREIRE, Gilberto. *Casa-Grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 48. ed. São Paulo: Global, 2003.

GASPAR, Lúcia. *Línguas indígenas no Brasil*. Pesquisa Escolar Online, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=832:linguas-indigenas-no-brasil&catid=47:letra-l. Acesso em: 8 abr. 2021.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LA RIVERA, Cecília Millan. Jacqueline Margarita Caniguan Caniguan: a árvore da palavra continua com os galhos firmes, e só falta conseguir um bom adubo para dar frutos. In: STRECK, Danilo R.; MORETTI, Cheron Zanini; ADAMS, Telmo (org.). *Fontes da pedagogia latino-americana: heranças (des)coloniais*. Curitiba: Appris, 2019.

LUCCHESI, Dante. Norma Linguística e realidade social. In: BAGNO, Marcos. *Linguística da norma*. São Paulo: Edições Loyola, 2012. p. 57-83.

MIGNOLO, Walter D. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 35-54.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do Poder e Classificação Social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (org.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Gráfica de Coimbra, 2009. p. 73-118. Disponível em: <http://www.mel.unir.br/uploads/56565656/noticias/quijano-anibal%20colonialidade%20do%20poder%20e%20classificacao%20social.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2021.

OLIVEIRA, Eliane; SANTOS, Claudia dos. *Receita argumenta que pobres não compram livros para justificar proposta que volta a cobrar impostos de editoras*. 2021. O Globo - Economia. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/receita-argumenta-que-pobres-nao-compram-livros-para-justificar-proposta-que-volta-cobrar-impostos-de-editoras-24959590>. Acesso em: 11 abr. 2021.

SUPER INTERESSANTE. *Em qual estado brasileiro se fala o português mais correto?* 2019. Disponível em: <https://super.abril.com.br/blog/oraculo/em-qual-estado-brasileiro-se-fala-o-portugues-mais-correto/>. Acesso em: 21 abr. 2021.